

Capítulo 9

A ATUAÇÃO DA SOCIOLOGIA FRENTE AOS CONSTRUTOS DO RACISMO INSTITUCIONAL



A ATUAÇÃO DA SOCIOLOGIA FRENTE AOS CONSTRUTOS DO RACISMO INSTITUCIONAL

THE PERFORMANCE OF SOCIOLOGY FRONT OF THE CONSTRUCTS OF INSTITUTIONAL RACISM

Vilma Pereira de Araujo¹

Silene Francisca dos Santos Brizola²

Tânia Fernandes³

Alzira Angélica Francischini⁴

Kelly Lorryne Barbosa dos Santos Freitas⁵

Sueli Silva da Mota Gonçalves⁶

Valdirene Polassi Gonçalves⁷

Maria Iraci Malaquias⁸

1 Técnica em Nutrição (Profuncionário). Apoio Administrativo Educacional- Nutrição na Escola Municipal Jardim Califórnia.

2 Especialista em Educação Infantil. Técnico de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Inácio Luiz do Nascimento em Juara-MT.

3 Especialista em Educação Infantil. Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Morais em Juara-MT.

4 Especialista em Educação Infantil. Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Morais em Juara-MT.

5 Licenciatura Plena em Pedagogia. Apoio Administrativo educacional- Nutrição na Escola Municipal Jardim Califórnia.

6 Especialista em Educação infantil. Técnico de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Morais em Juara-MT.

7 Especialista em Educação infantil. Técnico de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Morais em Juara-MT.

8 Técnica em Infraestrutura (Profuncionário). Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Morais em Juara-MT.



Zenilde Vieira dos Santos⁹

Elaine Alves da Silva¹⁰

Elias do Nascimento Silva¹¹

Irenita da Silva¹²

Tânia Mara Tossi¹³

Resumo: esse artigo de caráter bibliográfico propõe uma reflexão em torno do conceito de racismo institucional, e qual poderia vir a ser a atuação da Sociologia frente às evidências de sua manifestação. Ao pensar sobre a realidade social brasileira, se percebe o quão o racismo está penetrado e o histórico de lutas sociais como as do movimento negro contemporâneo diante de políticas públicas e nos espaços de poder público. Pretende-se analisar a atuação do sociólogo frente ao racismo institucional e a atuação do mesmo para o bem de forma difusa no funcionamento das instituições e das organizações. Aponta-se que, na desconstrução do racismo, se é necessária, além da implementação de políticas públicas solidas se provocar um processo de desracialização, gerando reflexões acadêmicas de como são operados os construtos esses mecanismos. Nas diversas áreas sociais, onde caber à ação do sociólogo há de se analisar os dispositivos de biopoder¹⁴

9 Especialista em Educação Infantil. Técnico de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Inácio Luiz do Nascimento em Juara-MT.

10 Especialista em Educação Infantil. Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Morais em Juara-MT.

11 Especialista em Gestão Escolar pela Universidade da Cidade de São Paulo-UNICID. Secretário Escolar na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Morais em Juara-MT.

12 Especialista em Educação Infantil. Técnico de desenvolvimento infantil na Creche Madre Paulina em Juara-MT.

13 Licenciada em Pedagogia. Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura na Escola Municipal Jardim Califórnia em Juara-MT.

14 Mecanismos que constituem na espécie humana, as suas características biológicas fundamentais com estratégias para poder entrar na política ou numa estratégia geral do poder (FOUCAULT,

, na medida em que gerenciam a vida da população sob um olhar racial. Demanda-se, portanto, uma necessidade de mais pesquisas qualitativas, sobretudo, as de abordagem etnográfica que reflitam sobre como operam esses dispositivos no cotidiano das instituições.

Palavras chaves: Sociologia. Racismo. Instituições.

Abstract: this bibliographical article proposes a reflection on the concept of institutional racism, and what could be the performance of Sociology in the face of the evidence of its manifestation. When thinking about the Brazilian social reality, one realizes how much racism is penetrated and the history of social struggles such as those of the contemporary black movement in the face of public policies and in public power spaces. It intends to analyze the sociologist's performance in the face of institutional racism and his action for good in a diffuse way in the functioning of institutions and organizations. It is pointed out that, in the deconstruction of racism, it is necessary, in addition to the implementation of solid public policies, to provoke a process of deracialization, generating academic reflections on how the constructs of these mechanisms are operated. In the various social areas, where it is up to the sociologist to act, biopower devices must be analyzed, as they manage the life of the population from a racial point of view. Therefore, there is a need for more qualitative research, especially those with an ethnographic approach that reflect on how these devices operate in the institutions' daily lives.

Keywords: Sociology. Racism. Institutions.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de um levantamento e reflexão sobre o racismo institucional pela ótica do/a sociólogo/a. pretende-se investigar qual vem a ser a percepção da sociologia em torno do racismo, do preconceito e a discriminação racial dentro de sua prática cotidiana, a partir de como estão organizadas as instituições.

A relevância deste estudo traduz ainda uma experiência empírica em torno do pertencimento étnico racial dos atores sociais negros, que pode ser uma mola propulsora tanto de descobrimentos, como de autoafirmação, de contestação e/ou uma forma de apagamento e conformação.

A complexidade que se tem quanto às relações sociais no Brasil vem mostrando um campo de disputas onde o campo da Sociologia é instigado a intervir. Entende-se que o a atuação do/a sociólogo/a (re) orienta o trabalho que este seja um portador da direção social numa perspectiva da emancipação de todos os sujeitos coletivos. A pesquisa traz como tema “ A atuação da Sociologia frente aos construtos do racismo institucional e se tem se a seguinte problemática: “na perspectiva da sociologia, como esta pode ser uma ferramenta para proposição de ações afirmativas no combate ao racismo”?

Uma das hipóteses levantadas é que todos os atores sociais, especialmente os negros sofrem interferências do racismo institucional, o que fortalece além da naturalização ainda a culpabilização da população negra pela permanência majoritária dentro das camadas mais vulneráveis na sociedade brasileira, impedindo proposição de ações afirmativas que mudem essa realidade. A necessidade da compreensão de valores morais atua no status quo e de manutenção de situações de preconceito e discriminação em razão de raça/etnia, gênero, orientação sexual, o uso e abuso de drogas e demais

problemáticas que direcionaram numa formação acadêmica dentro da área do Serviço Social.

Busca-se investigar qual a percepção da Sociologia em torno do racismo, do preconceito e da discriminação racial presente no seu trabalho cotidiano. Tendo como específicos: compreender como os valores morais agem na manutenção de situações de preconceito e de discriminação em razão da raça/etnia; verificar como as ações afirmativas como conjunto de medidas legais e políticas podem eliminar as diversas formas de discriminação que limitam as oportunidades em determinados grupos na sociedade; detectar a ideologia étnica racial na prática do sociólogo e a percepção dos usuários negros de si próprios e questionar o sociólogo sobre a adequação de sua formação profissional à realidade multirracial brasileira e a existência de uma proposta do sociólogo para com a população negra para a equidade social.

Na abordagem da problemática da pesquisa e no sentido de se alcançar objetivos, se utilizou de uma pesquisa bibliográfica e de caráter qualitativo.

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho parte da premissa em torno da reflexão da relação racismo institucional e o trabalho do sociólogo. Partindo do pressuposto do modo como as organizações estão estruturadas pode haver um fortalecimento do racismo contra algumas parcelas da população, em virtude de sua origem étnico-racial, sobretudo a população negra.

Um olhar crítico sobre tal realidade, num universo que busca por ora se ampliar através da leitura de livros sobre as relações sociais, colocou em xeque alguns valores e verdades “absolutas” que insistem em me acompanhar desde a infância. Dentro desse percurso, pretendeu buscar novos conhe-

cimentos e uma compreensão de quais aspectos que norteiam as relações raciais no Brasil exigindo que esta acadêmica se debruçasse sobre a questão racial. Algumas das indagações encaminham há episódios de “invisibilidade do ser negra” dentro de ambientes onde se impera e/ou se deveria ter o discurso da “igualdade”. Esse discurso da igualdade, entretanto ainda se reproduz um silêncio quanto à questão racial no Brasil.

O racismo atua como o racismo do outro e o Serviço Social pode ainda a vir reproduzir o silêncio que atua sociedade quanto à maneira que atua dentro das especificidades da população negra. Percebe-se que o posicionamento ético e político em relação à questão racial percorre necessariamente pelo conhecimento e/ou engajamento numa luta travada por vários movimentos sociais contra a discriminação instaurada, em todas suas formas, seja pelo quesito raça/etnia, pela orientação sexual, e opção religiosa, etc.

Desde então se denota que vem havendo um amadurecimento deste profissional pesquisado bem como um crescimento quantitativo e qualitativo de pesquisas e de publicações, ora da questão racial bem como do sociólogo. No que se refere à questão étnico-racial, esse crescimento ainda é ínfimo. Nos últimos anos, especialmente nos últimos dez anos, o que se teve de crescimento se deve expressivamente, a maior inclusão de intelectuais negros (as)¹⁵ dentro da universidade e dentro dos espaços de produção de conhecimento, como ainda no fortalecimento de Grupos de trabalho e Pes-

¹⁵ O professor e historiador José Barbosa da Silva Filho, mestre em Política Social realizou uma pesquisa relevante a partir de monografias de final de curso de alunos de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, que estão arquivadas na Biblioteca Central em Niterói, e formam produzidas entre 1948 e 2002. “Foram encontradas 1237 monografias de final de curso, mas quando se trata da questão racial e/ou do negro na sociedade brasileira, o resultado é muito íntimo Para ele há entre os anos 1948 a 2002, ou seja, em 54 anos e nos momentos políticos distintos do país que são o Democrático (1948 -1963); o Autoritário (1964-1985) e o Democrático (1986-2002), somente seis TCCs entre os 1237 examinados ou cerca de 0,48% do total tratando do tema” (SILVA FILHO, 2008).



quisa, abrangendo o debate das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades.

Cabe ressaltar muitos estudos corroboram com tal assertiva, ao identificarem a incipiência da questão étnico-racial como produção científica sendo mais extremamente incipiente dentro do Serviço Social.

Nessa direção se percebe que nos últimos anos vem havendo por parte de intelectuais negras, que estas vêm assumindo um lugar de protagonistas tanto quanto a produção de conhecimento quanto de debates mais amplos dentro dessa categoria profissional em relação à questão étnico-racial, alegando que o Serviço Social, não pode se isolado desse debate. O aprofundamento da temática recolocou outras inquietações e desafios, que exigem um posicionamento quanto aos direitos da população negra, que é historicamente vulnerabilizada. A questão racial está explícita no cotidiano dos espaços escolares, no trabalho, na nossa comunidade e o debate é imprescindível para se alterar a dinâmica das relações sociais.

Todo esse discurso da democracia racial e suas lacunas quanto aos seus mecanismos reforçam o racismo na nossa sociedade que se materializa tanto num atendimento fragmentado, sem haver uma consistência teórica. Tal foco de dirige a inconsistência dentro do trabalho de alguns assistentes sociais, cujo desconhecimento das condições históricas da reprodução do racismo traz um atendimento precário do ponto de vista da concretização dos direitos humanos.

Nas primeiras décadas do século XX, o modelo de produção capitalista modificou radicalmente as relações sociais e a questão social passaram então a ganhar maior visibilidade no cenário nacional, principalmente a partir das diversas lutas históricas que foram protagonizadas pela classe trabalhadora, na luta por direitos sociais e contra a opressão do Estado burguês (ALMEIDA e AL-CÂNTARA, 2019).

O sociólogo, nos seus diversos espaços ocupacionais, ao desempenhar suas funções se depara com diversas situações de violação aos direitos humanos. Nesse enfrentamento se pressupõe a importância de haver um arcabouço teórico-metodológico que o possibilite o desvelamento de múltiplas determinações sobre a questão social, e os seus desdobramentos.

Ao mesmo tempo se é necessário assumir uma prática política pelo engajamento em lutas e reivindicações sociais anticapitalistas, na defesa dos direitos humanos, na mobilização de programas, políticas sociais e a objetivação das diferentes demandas da população (BARROCO, 2008), que são elementos essenciais no trabalho profissional do serviço social para não se perder com ações imediatistas e irrefletidas. Sendo assim:

A atribuição de cor aos indivíduos, prática comum no Brasil e que fundamenta a construção de grupos de cor pelos sociólogos, longe de prescindir da noção de “raça”, pressupõe uma ideologia racial e um racismo muito peculiares. (GUIMARÃES, 1999, p. 20)

O racismo, em si, é um ato perverso e que desencadeia relações sociais que são profundamente desumanas e continua a ser replicado e reproduzido cotidianamente. Quando esse ato perpassa o cotidiano das instituições, a situação se torna muito mais complexa e cristalizada, se contornando no racismo institucional. Sobre isso, Jaccoude (2008) traz que:

O emprego do conceito de discriminação indireta ou racismo institucional para a promoção de políticas de equidade racial já é utilizado desde o final dos anos 1960 em diversos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, o conceito surge no contexto da luta pelos direitos civis e com a implementação de políticas de ações afirmativas. Na Inglaterra, o conceito passa a ser incluído como instrumento para a proposição de políticas públicas na década de 1980, como resultado do crescimento da população não branca e das dificuldades observadas pelo Poder Judiciário em responder às demandas daquela população. No Brasil, a partir de meados dos anos 1990, esse conceito começa a



ser apropriado para a formulação de programas e políticas de promoção da equidade racial. (JACCOUD, 2008, p. 141)

Esse fator racismo institucional se refere, sobretudo às operações anônimas de discriminação racial dentro das instituições, profissões e/ou mesmo nas sociedades inteiras (CASHMORE et al., 2000). Tal anonimato prevalece conforme o racismo é institucionalizado, está implícito em diversas relações sociais, não podendo ser atribuído a um indivíduo isoladamente.

O racismo continua sendo uma implacável e deprimente questão dos nossos tempos. São poucos os temas, se é que há outros, que demandam tanta atenção e esforço com tão poucos frutos. Toda vez que “baixamos a guarda”, uma nova descoberta revela a complexidade, a virulência e a absoluta obstinação daquilo que notadamente tornou-se o problema do século XX. (CASHMORE et al., 2000, p. 11)

Esse ato se manifesta aos negros desde o “acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições” (EURICO, 2013, p.10).

Vemos, portanto, que tal tipo de racismo possui duas dimensões que são interdependentes e correlacionadas: que são a políticoprogramática, e a das relações interpessoais. A dimensão políticoprogramática compreende ações que impossibilita à formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas que sejam eficazes e efetivas no combate ao racismo, na visibilidade do racismo dentro das práticas cotidianas e rotinas administrativas. “A dimensão políticoprogramática permite se explicar o racismo institucional, como um conservadorismo que atua no âmbito das ações institucionais e favorece a violação de direitos” (EURICO, 2013, p.13)

Ao passo que a dimensão das relações interpessoais compreende relações estabelecidas entre



gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre o trabalhador e o usuário, e/ou entre usuário e trabalhador, em situações pautadas em atitudes discriminatórias (AMMAPSIQUE e NEGRITUDE QUILOMBOJE, 2008).

Quanto ao âmbito institucional, onde são desenvolvidas as políticas públicas, os programas e as relações interpessoais, uma vez que essa instituição não promove um acesso qualificado aos seus usuários e/ou trabalhadores em razão de sua origem étnicoracial, da sua cor de pele e/ou cultura, o trabalho tende a ficar todo comprometido. Todo esse comportamento é resultado do racismo institucional (LOPES e QUINTILIANO, 2007). Essa disparidade em relação a desigualdade étnicoracial é entendida como algo enraizado na instituição, ou seja, uma instituição de internação para adolescentes infratores, interfere diretamente no olhar carregado de estereótipos sobre a população negra, e que:

[...] é preciso ainda considerar a grave e insistente questão do racismo no Brasil, persistente mesmo após uma série de conquistas institucionais, devido ao seu elevado grau de entranhamento na cultura brasileira. O racismo se reafirma no dia-a-dia pela linguagem comum, se mantém e se alimenta pela tradição e pela cultura, influencia a vida, o funcionamento das instituições, das organizações e também as relações entre as pessoas; é condição histórica e traz consigo o preconceito e a discriminação, afetando a população negra de todas as camadas sociais, residente na área urbana ou rural e, de forma dupla, as mulheres negras, também vitimadas pelo machismo e pelos preconceitos de gênero, o que agrava as vulnerabilidades a que está exposto este segmento (BRASIL, 2007, p.29).

Relevante se destacar que essa percepção do racismo nas instituições é explicitada, por exemplo, por assistentes sociais que são trabalhadoras do Sistema Judiciário¹⁶. Esse fator pode ser

¹⁶ As informações foram coletadas através de entrevistas para s acerca do racismo e da discriminação racial no cotidiano profissional. Essa pesquisa culminou na publicação “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional de Márcia Campos Eurico (2013 a partir da vivência de

explicado pela natureza inerente do trabalho, no atendimento individual a adolescentes que cumprem medidas por ato infracional. Essas assistentes sociais entrevistadas trouxeram um discurso abstrato sobre a reprodução de toda forma de discriminação racial, ainda muitos estudos sobre as disparidades de acesso a políticas públicas revelam um quadro deficitário de inclusão à população negra a essas políticas. Fato é que tanto “O racismo e o sexismo imprimem marcas segregadoras diferenciadas, que implicam restrições específicas dos direitos desse segmento, vitimando-o, portanto, com um duplo preconceito (BRASIL. 2007, p.17-18).

Temos o fato de que no Brasil os movimentos sociais entraram com notoriedade no cenário político em meados das décadas de 1980/1990 se questionava se o movimento negro vem se fortalecendo na denúncia do racismo e da discriminação racial da população negra no Brasil, vem se discutindo um debate amplo nas Ciências Sociais essa temática racial, corroborando em quais elementos concorrem para que haja essa pequena visibilidade da questão racial e dentro da categoria profissional de sociólogo.

Ao se avançar no debate sobre a ética e os direitos humanos na profissão se há uma aproximação dos sujeitos, nas suas vivências cotidianas, ao passo que experiências concretas e transpassadas de múltiplas dimensões, onde se pode destacar a questão da raça/etnia, de gênero, de (re) orientação sexual, entre outras.

Quanto as diferentes esferas da vida social do negro como, a situações de trabalho, os usuários negros sejam eles mulheres ou homens negros se há evidências de dificuldades no mercado de trabalho, devido ao fator étnico-racial. Na pesquisa de Pinto (2003) tanto mulheres negras quanto brancas passam por conjunturas de maus-tratos pelas patroas no trabalho doméstico, mas a queixa é

quatro assistentes sociais, intencionalmente escolhidas, cujos trabalhos são desenvolvidos nas áreas do Judiciário ou da Saúde



maior entre as mulheres negras, principalmente pelo motivo de exclusão racial e social que as impede de se competir igualmente no mercado de trabalho com as mulheres brancas.

CONCLUSÃO

Se espera que com essa pesquisa se fortaleça o viés de combate ao racismo estrutural¹⁷ dentro e fora das instituições onde o/a sociólogo/a perpassa sua trajetória profissional. Importante enfatizar que a questão racial em si e pelas determinações sócias históricas precisam ser encaradas numa renovação profissional.

A população negra que ainda vive, majoritariamente, em situações de vulnerabilidade social, sendo suscetíveis a mortes violentas, a casos de agressões e sobretudo a abusos de autoridade, sendo invisível nas ações das políticas públicas da área da assistência social, mas ainda nas áreas da saúde, educação, habitação, etc.

A questão racial enquanto eixo estruturante dessa pesquisa implica num posicionamento ético-político para a efetivação dos direitos humanos. Se a parcela negra da sociedade continua a ser estereotipada, conseqüentemente os seus direitos continuarão sendo negados/retirados, portanto nessa conjuntura se entende que cabe ao Serviço Social se apropriar e protagonizar esse debate sobre direitos humanos no combate contra o racismo e a discriminação racial.

17 **Racismo estrutural** ou **racismo social** é a formalização do conjunto de práticas que podem ser institucionais, históricas, culturais e interpessoais na sociedade que coloca frequentemente um grupo social e/ou étnico numa posição melhor para se ter sucesso, mas ao mesmo tempo dificulta outros grupos de modo constante provocando disparidades entre os grupos ao longo de um período de tempo O racismo social chamado de racismo estrutural, é devido a sociedade ser estruturada de modo excluir algumas parcelas sociais da participação nas instituições sociais (JAMES, 1996).

Pelo exposto, não pode mais se tolerar em nossa sociedade e na atualidade a ausência de compromisso profissional e coletivo quanto a questão racial, ora por que ainda que exista um amplo debate na sociedade sobre para a igualdade racial, historicamente grupos dominantes continuem tentativas de desqualificar essa luta coletiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. ALCANTARA, Itamires Lima Santos. A questão étnico-racial na agenda das entidades de representação dos (as) assistentes sociais: breve panorama atual .16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social” Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1858#:~:text=Resumo,forma%C3%A7%C3%A3o%20e%20no%20exerc%C3%ADcio%20profissional>. Acesso em: 21 jul 2023.

AMMAPSIQUE E NEGRITUDE QUILOMBOJE. Identificação e abordagem do racismo institucional. Brasil, 2008.

BARROCO, M. L. S. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR. Ministério da Saúde Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília - DF Fevereiro de 2007 Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf Acesso em: 21 jul 2023.

CASHMORE, E. et al. Dicionário de relações étnicas e raciais. Tradução de Dinah Kleve. São Paulo: Selo Negro, 2000

EURICO, Márcia Campos. A percepção do sociólogo acerca do racismo institucional. *Serviço Social. Sociologia*. São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e antirracismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

JACCOUDE, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

JAMES, A. Cooking the books: global and local identities in food cultures. In: HOWES, D. (Ed.). *Cross-Cultural Consumption: global markets and local realities*. London: Routledge, 1996

LOPES, F.; QUINTILIANO, R. Racismo Institucional e o Direito Humano à Saúde. *Democracia Viva*. nº 34. jan/mar 2007.

VINAGRE, M.; PEREIRA, T. M. D. Ética e Direitos Humanos. In *Curso de Capacitação Ética para Agentes Multiplicadores*. vol. 4, 2. ed. Brasília: CFESS, 2007.